22:34 66%

Hong Kong em limbo mais profundo

Governo local quer nova lei de segurança nacional com texto vago e ameaçador

Igor Patrick
Jornalista, mestre em Estudos da China pela Academia Yenching (Universidade de Pequim) e em Assuntos Globais pela Universidade Tsinghua

Terminou nesta semana o período de consultas públicas acerca do artigo 23, uma perigosa adição às já controversas legislações que regulam tópicos de segurança nacional em Hong Kong e que ameaçam jogar as liberdades civis da região especial chinesa em um limbo ainda mais profundo.

O artigo 23 é parte da Lei Básica de Hong Kong, uma espécie de Constituição promulgada após a transferência de soberania da cidade do domínio colonial britânico para a China em 1997. Seu texto obriga Hong Kong a promulgar leis para proibir atos que "colocassem em perigo a segurança nacional".

A primeira tentativa de introduzir essas leis em 2003 fracassou diante de protestos generalizados. À época, a população se opôs ao projeto, temendo que ela pudesse ser usada para restringir as liberdades civis e os direitos humanos. Agora, o governo local deu indicativos de que vai prosseguir com a regulamentação, independentemente das críticas crescentes.

O texto apresentado para consultas públicas traz conceitos amplos e vagos acerca do que é considerado uma ameaça à segurança nacional. Em nove capítulos e mais de cem páginas, o governo honconguês detalha uma expansão significativa das ferramentas de repressão legal, com novas disposições penais que podem colocar fim no que sobrou da sociedade civil pós-protestos de 2019 — e sua subsequente repressão.

Um exemplo está no capítulo cinco do documento divulgado. O texto propõe expandir a categorização de quais documentos e informações são confidenciais, além de ampliar o escopo legal do que é espionagem. Vago, o texto se inspira na Lei de Salvaguarda dos Segredos de Estado da China continental, tradicionalmente usada para embasar o encarceramento de qualquer pessoa que vaze documentos ou informações constrangedoras à liderança nacional.

Trata-se de dispositivo que despertou ansiedade entre jornalistas e meios de comunicação estrangeiros sediados na cidade, que abrigou a imprensa interessada em cobrir a China, mas sem se submeter à dura censura característica do país asiático. Ao abrigo da nova lei proposta, qualquer um que publicar informações governamentais sobre uma série de tópicos, incluindo discussões internas de política econômica, poderá ser processado criminalmente.

Não está claro se empresas jornalísticas poderiam ser implicadas no crime de espionagem se decidissem publicar documentos sigilosos. Se seguir o exemplo da pátria-mãe, as penas em Hong Kong para o crime podem ir de 5 a 10 anos de prisão para ofensas menos graves e até a prisão perpétua.

O documento cria o crime de "interferência externa", cuja interpretação tem potencial para implicar qualquer ativista que pressione governos ocidentais e organismos da ONU acerca de assuntos relativos a Hong Kong. E por qualquer um, qualquer um mesmo, já que as propostas sob o Artigo 23 são extraterritoriais — ou seja, implicam em teoria eu ou qualquer cidadão no mundo, independente de residirem ou não na cidade.

As reações à proposta têm sido fortes. O Departamento de Estado dos EUA expressou preocupação com as implicações da legislação para cidadãos, investimentos e empresas do país que operam na região. A Anistia Internacional afirmou que este é potencialmente "o momento mais perigoso para os direitos humanos em Hong Kong desde a introdução da Lei de Segurança Nacional", promulgada em 2020 como resposta aos protestos que varreram a cidade e a deixaram à beira do caos.

Quando Hong Kong voltou à soberania chinesa sob a condição de manter seu estilo político e econômico por 50 anos, a esperança geral era que a vida na China continental se aproximasse cada vez mais da ex-colônia britânica. Pós-2019, é seguro dizer que o contrário aconteceu. A regulamentação do artigo 23 deve ser, assim, mais um passo rumo ao modelo chinês, ainda que isso custe à cidade o status de hub global que manteve por tantos anos.

| DOM. Sylvia Colombo | TER. Mundo Leu | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Batalha para fechar Guantánamo esbarra no esquecimento

Responsabilização dos EUA por violações é horizonte ainda mais distante, avaliam advogados e ativistas

GUANTÁNAMO SEM FIM

Fernanda Perrin

BASE DE GUANTÁNAMO Para advogados e ativistas envolvidos na batalha pelo fim da prisão de Guantánamo, os esforços viraram uma luta contra seu esquecimento. A responsabilização dos EUA pelos abusos cometidos na Guerra ao Terror é um horizonte ainda mais distante, avaliam.

O tema foi alçado à prioridade do governo Barack Obama (2009-2017), que prometeu fechar o centro de detenção em um ano. Fracassou. Seu sucessor, Donald Trump (2017-2021), reverteu essa ordem. Joe Biden retomou a bandeira de ex-presidente democrata, mas, em meio a duas guerras e a disputa pela reeleição, ela ficou em segundo plano.

"Alguém me disse em uma conversa que achou que o Obama teve fechado Guantánamo. Não tem mais publicidade para isso", afirma o advogado Thomas Wilner, que representa o jemenita Khaled Ahmed Qassim, detido desde 2002.

O relato não é apenas uma anedota. Entre as pesquisas do Google mais comuns nos EUA relacionadas à prisão, segundo a plataforma Answer The Public, estão "qual presidente fechou Guantánamo?", "Guantánamo ainda existe?" e "ainda há alguém em Guantánamo?".

Wilner é cofundador, junto com o repórter britânico Andy Worthington, do grupo Close Guantánamo (feche Guantánamo), que reúne juristas, jornalistas e militares da reserva. Anos atrás, encontros sobre a prisão juntavam centenas de pessoas; agora, 30, diz.

"Eu realmente achei que poderíamos convencer a ala política, anos atrás, a parar essa coisa terrível. Mas agora tudo está tão atropelado por outros assuntos, e o Congresso, tão dividido, que esses poucos estrangeiros em Guantánamo não são uma grande prioridade para ninguém", diz.

> "Eu realmente achei que poderíamos convencer a ala política, anos atrás, a parar essa coisa terrível. Mas agora tudo está tão atropelado por outros assuntos que esses poucos estrangeiros em Guantánamo não são prioridade
>
> **Thomas Wilner**
> advogado e fundador do grupo Close Guantánamo

Frank Panopoulos, que representa o queniano Mohamed Abdul Malik Bajabu, na prisão desde 2007, faz relato semelhante. Ele é integrante da ONG Witness Against Torture (testemunhas contra a tortura), que há anos organiza protestos pelo fim da prisão.

Todo janeiro, mês que marca o aniversário da chegada dos primeiros detentos à instalação, aberta em 2002, eles fazem uma manifestação em Washington com encapuzados em macacões laranjas. "Quanto distribuímos panfletos para as pessoas, elas ficam surpresas que Guantánamo ainda está aberta e que ainda há pessoas lá", afirma Panopoulos.

Cliff Sloan, enviado especial para o fechamento de Guantánamo durante o governo Obama, é menos pessimista em sua análise. Em sua visão, há momentos em que a prisão emerge no imaginário público e há outros em que esvanece. "Tem sido um ciclo que se repete regularmente. Na minha opinião, ela não pode ser esquecida."

Além de tudo, ela também é custosa, afirma Sloan. Um levantamento feito pelo jornal The New York Times calculou em US$ 7 bilhões (R$ 35 bilhões) a despesa total da prisão e das comissões militares vinculadas a ela desde quando foi aberta, em 2002. Com a redução da população carcerária, hoje em 30 homens, o custo por prisioneiro disparou para US$ 13 milhões por ano.

"É um absurdo o quanto estamos gastando desnecessariamente em Guantánamo. Do ponto de vista fiscal, não faz nenhum sentido", diz Sloan. Entre as razões para o custo ser tão alto, ele aponta os rígidos requisitos de segurança da prisão e sua localização, em uma base remota em Cuba, o que significa que tudo, de comida a remédios, precisa ser levado até lá de avião.

O governo americano arca com as despesas de viagem de familiares de vítimas e ONGs que acompanham as audiências nas comissões militares em que tramitam os processos contra acusados de terrorismo, sediadas na base.

Se as perspectivas de fechamento da prisão são pessimistas, ainda piores são as de responsabilização dos EUA pela detenção e tortura das pessoas que passaram ou estão presas ali. O governo americano sustenta que os homens capturados eram combatentes ilegais e, enquanto a Guerra ao Terror continuar a ser travada, sua detenção é legal.

"Esse é problema frequente com os EUA. Não há mecanismo para responsabilizá-los por nada do que fazem. Se eles não quiserem escutar, não quiserem jogar o jogo, não há o que você possa fazer", diz o jornalista Worthington, envolvido desde seu livro "The Guantánamo Files: The Stories of the 774 Detainees in America's Illegal Prison" (Os arquivos de Guantánamo: As histórias dos 774 detentos na prisão legal da América), de 2007.

Worthington faz referência ao fato de Washington não ter aceitado a jurisdição de tribunais como a Corte Internacional de Justiça e o Tribunal Penal Internacional.

Em 2020, a Comissão Inter-Americana de Direitos Humanos emitiu sua primeira decisão relativa a um detento da Guerra ao Terror, o argelino Djamel Ameziane, preso em Guantánamo de 2002 a 2013. No relatório, a CIDH concluiu que os EUA violaram as disposições da declaração americana de direitos humanos relativas a tortura e tratamento desumano, liberdade religiosa, devido processo legal e acesso à Justiça.

No entanto os relatórios da comissão têm caráter apenas recomendatório. Monitoramento feito pelo próprio organismo aponta que, pelo menos até 2022, o país não havia cumprido nem parcialmente.

"Os EUA ignoraram as recomendações, assim como a comunidade internacional", diz Wells Dixon, um dos advogados que representou Ameziane no caso. "No fim, os próprios EUA precisam se responsabilizar em algum momento", diz Worthington.

Funeral de Navalni em Moscou ocorre sob temor de repressão do Kremlin

SÃO PAULO O funeral de Alexei Navalni, principal opositor de Vladimir Putin, ocorreu nesta sexta (1º) em Moscou sob forte presença policial e afirmações da Rússia de que qualquer reunião não autorizada em homenagem a ele seria considerada uma violação da lei.

Imagens do momento feitas por agências internacionais retratam multidões, e relatos de aliados de Navalni falam em milhares de pessoas presentes nos arredores de uma igreja no distrito de Marino onde uma cerimônia religiosa foi celebrada ao russo.

Quando seu corpo chegou ao espaço, a multidão aplaudiu e falou palavras de ordem. "Você não teve medo, e nós também não teremos medo", diziam, segundo relato da rede britânica BBC no local.

Preso desde 2021, Navalni foi declarado morto no último dia 16, aos 47 anos, em uma prisão de alta segurança na remota região de Iamalo-Nenets, no Ártico. Segundo alguns de seus aliados, seu laudo de morte afirma que ele morreu de causas naturais.

A família do opositor, em especial sua esposa, Iulia Navalnaia, acusa o governo Putin de tê-lo assassinado, ainda que não apresentem provas. Eles argumentam que o líder russo temia o poder de influência de Navalni caso fosse libertado.

O Kremlin nega envolvimento do Estado na morte do opositor e diz não ter conhecimento de acordo que buscasse libertá-lo. Ainda nesta sexta-feira, o porta-voz Dmitri Peskov afirmou que o governo russo não tinha nada a dizer à família de Navalni.

Após o serviço religioso em uma igreja que Navalni frequentava em seus tempos vivendo em Moscou, seu corpo foi enterrado no cemitério Borisovskoie, também na capital.

Seus aliados, que em sua maioria hoje vivem exilados, transmitiram informações ao vivo sobre o funeral após alegarem baixa cobertura da mídia — que, afinal, também é cerceada na Rússia. Repórteres foram proibidos de fazer filmagens dentro da igreja, mas puderam fazer fotos.

O corpo do opositor russo Alexei Navalni é velado em igreja de Moscou Reuters

Em uma delas, o caixão de Navalni aparece aberto, com seu corpo cercado de flores. É uma prática comum na tradição ortodoxa russa, para que os enlutados possam ver e tocar o rosto do falecido.

Em ocasiões anteriores, com o ativista ainda vivo, protestos em sua defesa foram marcados por forte presença de agentes de segurança. Autoridades reiteraram que considerariam qualquer ato do tipo como uma manifestação política barrada sob as restritas leis de protesto.

Além da presença policial, barreiras de metal foram colocadas nas proximidades da igreja onde a missa por Navalni era realizada. Sua esposa e seus dois filhos estão fora da Rússia. Seus pais, Liudmila e Anatoli, foram ao funeral.

Também estiveram presentes diplomatas, como o embaixador francês na Rússia, Pierre Levy, e a embaixadora americana no país, Lynne Tracy.

Com Reuters